

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/98

SÚMULA:

Autoriza “ad-referendum” do Plenário, a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País.

DATA: 23 de outubro de 1998.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, “ad-referendum” do Plenário, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizada, “ad-referendum” do Plenário, a Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado, ausentar-se do País, no período compreendido entre os dias 24 de outubro corrente e 15 de novembro próximo, com destino aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares, em viagem sem despesas para o erário público.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 23.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

13ª LEGISLATURA

ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE OUTUBRO DE 1998

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu

Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Sâmis da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requiero a verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Esta Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, requiero a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Esta Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.**)

21 Senhores Deputados responderam à chamada.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1703

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM que seja realizada a votação nominal, para o requerimento de Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 483/97, de autoria do Deputado Caíto Quintana.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Caíto Quintana.

REQUERIMENTO Nº 1689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Glauco Emerson Lopes Marochi, ocorrido no dia 25 de outubro do corrente, na Cidade de Ponta Grossa.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos familiares, no seguinte endereço: rua Coronel Dulcídio, 135 - CEP 84110-280, Ponta Grossa /PR.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O jovem Glauco Emerson Lopes Marochi, pertencia a tradicional família pontagrossense e era filho da professora Zélia Marochi, grande amiga. Seu passamento prematuro abriu uma irreparável lacuna no seio da família. Jamais se apagará da nossa memória e do nosso coração a lembrança pela grande amizade e amor dedicado a todos que com ele tiveram o prazer de conviver.

Propõe ainda que esta Assembléia se solidarize com a família enlutada pela grande perda.

REQUERIMENTO Nº 1691

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Eloy José Sovierzoski, ocorrido em 26/10, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com 62 anos de idade, faleceu, nesta Capital, o empresário Sr. Eloy José Sovierzoski, que deixou viúva Dona Marli.

O passamento do Sr. Eloy José veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Eloy José.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Eloy José Sovierzoski, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sovierzoski, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1692

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senador, por Santa Catarina, Wilson Kleinubing, ocorrido em 24 de outubro/98, em Florianópolis.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Vítima de pertinaz enfermidade, faleceu, em 24 de outubro/98, na Capital Florianópolis, o Senador Wilson Kleinubing.

Wilson Kleinubing, nasceu na Cidade de Montenegro, no Rio Grande do Sul, em 09 de setembro de 1944. Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, fez curso de pós-graduação em Engenharia Econômica, Administração de Empresas e Finanças Industriais pela Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis.

Foi eleito Deputado Federal em 1982, e no ano seguinte assumiu a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento em Santa Catarina. Cinco anos depois, elegeu-se Prefeito Municipal de Blumenau. Em 1990, foi eleito Governador de Santa Catarina ainda no primeiro turno. Em 1995, conseguiu eleger-se para o Senado Federal.

O passamento do Senador Wilson Kleinubing veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus

filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Wilson.

Será grande o céu e a paz sobre o Sr. Wilson, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoi a família do Senador Wilson, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu servo Wilson sob sua constante proteção, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Kleinubing, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1693

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Walkyria Bartolomei Neves, ocorrido dia 22.10.98, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 70 anos, faleceu, nesta Capital, em 22 de outubro, a Sra. Walkyria Bartolomei Neves, que deixou viúvo o Sr. Evangelino Costa Neves, deixou 3 filhos e 12 netos.

O passamento da Sra. Walkyria veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades, dentre as quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos. Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de sua serva Walkyria.

Será grande o céu e a paz sobre Dona Walkyria, e o seu descanso não terá fim, desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprende d'Ele, para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Senhor, abençoi a

família da Sra. Walkyria, para que continue num ambiente de paz e harmonia, construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça, transborda em toda a terra a sua graça. Guardará sua serva Walkyria sob sua constante proteção, para que renovada pelos sacramentos pascais, chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração, fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções, para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Bartolomei Neves, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1685

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Polícia Rodoviária Estadual, pelo dia do Policial Rodo-viário Paranaense.

Os Policiais Rodoviários do Estado do Paraná, são dignos do reconhecimento público pelos serviços prestados, não somente no patrulhamento das estradas, mas também no atendimento aos acidentados e em campanhas educacionais.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência ao Ten. Cel. José Cavalin de Lima, Comandante da Polícia Rodoviária Estadual e ao Capitão Marcos Lima Conccolo, Comandante da 5ª Cia. da Polícia Rodoviária Estadual - Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1695

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que seja consignado em Ata da sessão de hoje, votos de congratulações ao casal Roberto Henrique (Carolina Jacob) Dreher, pelo transcurso no dia 16.10 próximo passado, dos 50 anos de uma feliz união, que teve início no dia 16 de outubro de 1948 na Cidade de Três de Maio, no Rio Grande do Sul.

Essa união abençoada por Deus foi coroada com o nascimento de 10 filhos (Sibila, Sila, Célia, Neli, Nelci, Neusa, Ari, Edi, Darci e Sadi), 22 netos e 9 bisnetos.

Exemplo de família unida, religiosa, onde o amor impera e transborda em felicidade.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao casal Roberto Henrique e Carolina Dreher, na Rua Ângelo Darrolt, 271 - fundos - Jardim Belo Horizonte - Medianeira - PR - CEP 85884-000.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1696

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando reanálise do tombamento do imóvel localizado na Avenida 7 de Setembro, 3544/3552 - nesta Capital.

Esse imóvel é de duas moradas, sendo que uma pertence a duas tias da Senhora Emi Veris Pereira e a outra a ela e das cunhadas, ambas viúvas.

As tias são idosas e, por terem problemas de saúde, residem numa clínica geriátrica, onde as despesas de moradia e atendimento médico são elevadas. As duas senhoras são professoras primárias aposentadas e recebem baixos proventos, há necessidade de se suplementar seus rendimentos para se fazer face às despesas.

Já pensaram em vender ou alugar a casa, mas constataram que a mesma foi tombada, o que a desvaloriza consideravelmente, estranharam o tombamento, uma vez que o imóvel não tem qualquer valor histórico, nem se trata de um projeto que justifique sua preservação, é apenas uma casa velha. Em seu contorno não há outros imóveis tombados. Por duas vezes foram procuradas por pessoas que se proclamavam representantes de imobiliárias e que se propunham a tornar sem efeito o tombamento desde que fossem locadas por seu intermédio.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de ofício, o presente ao Senhor Prefeito Municipal, a fim de que seja reanalisada a presente situação e oferecida uma alternativa aos seus proprietários, que são pessoas idosas e necessitam vender ou alugar o imóvel para que possam arcar com as despesas de suas sobrevivências.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 1694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da COMPAGAS, Luiz Roberto Bruel, agradecendo a inclusão de Ponta Grossa ao

gasoduto Brasil-Bolívia, e ao mesmo tempo solicitar agilidade do início da segunda etapa do referido projeto.

A COMPAGAS está fazendo a maior obra de distribuição de gás do País, que são 250 km de extensão, no Paraná. A Cidade de Ponta Grossa será beneficiada na segunda etapa da obra, vindo assim a promover maiores benefícios às indústrias que deste recurso possam usufruir, no intuito de gerar o desenvolvimento econômico do município e da região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1697

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, solicitando estudos e providências com o fim de que seja regulamentada, urgentemente, a Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991.

A presente solicitação se faz necessária em defesa dos agricultores/proprietários, que lamentavelmente vêm sofrendo ações civis públicas imputadas por uma entidade, denominada ANDEAM - Associação Nacional de Defesa e Educação Ambiental - sediada na Cidade e Comarca de Toledo - PR, gerando um clima de terror, desespero, angústia, desânimo e revolta dos agricultores, por ter que suportar tanta humilhação e ainda gastos e custas processuais, honorários advocatícios que variam de R\$3.000,00 a R\$10.000,00 para cada um, recursos que absolutamente não têm.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, atendendo solicitação de vários setores do município de Sulina, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando que seja revista a transferência do Município de Sulina para a Região Administrativa de Laranjeiras do Sul, permanecendo o mesmo - por manifestação de suas autoridades e lideranças - na Região Administrativa de Pato Branco.

Justifica-se o referido pedido nas afinidades entre o município solicitante e a sede da Região Administrativa de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1686

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações da Secretaria de Estado de Obras Públicas sobre o Plano de Investimentos de Obras do Estado nas 14 (quatorze) regiões do Paraná, devidamente detalhado com a descrição, valor e estágio de cada obra, conforme informações veiculadas no jornal "Folha do Paraná" (27.10.98).

Tendo como principal argumento o pacote fiscal anunciado pelo Governo Federal, o titular da Secretaria de Obras Públicas, Augusto Canto Neto, apresentou à Secretaria da Fazenda um "plano estratégico para economizar recursos", onde está previsto o corte de mais de 100 obras no Estado.

Neste sentido faz-se mister que o Poder Legislativo tome ciência do conjunto de obras em execução e/ou a serem executadas para melhor avaliação do plano de contenção de gastos.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 1688

Senhor Presidente.

O Deputado Carlos Simões, que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário desta Casa de Leis, REQUER as seguintes informações do Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado, referentes à tercerização do estacionamento existente na CEASA - Central de Abastecimento do Paraná, situada na BR-116 - Bairro Pinheirinho - Curitiba - PR.:

1º - Qual o critério usado para a tercerização?

2º - Houve concorrência para tal finalidade?

3º - Quem venceu a concorrência e está atuando?

4º - Qual o critério utilizado para a cobrança e valores respectivos, aos usuários do estacionamento?

5º - Qual a duração desse contrato entre a CEASA e o ganhador da concorrência?

6º - Qual a data do início da exploração do estacionamento, face a tercerização?

Termos em que pede deferimento.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento:

Irineu Colombo, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia, Neivo Beraldin, Doutor Rosinha, Joel Coimbra, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Renato Adur, Paulo Gorski, Ricardo Chab, Luiz Carlos Zuk, César Seleme e Orlando Pessuti.

REQUERIMENTO Nº 1698

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, para que informe, com a maior brevidade possível, quais os cursos oferecidos em cada Instituição Estadual de Ensino Superior do Paraná, esclarecendo ainda o seguinte:

a) Qual o número de alunos matriculados em cada série no ano letivo de 1998?

b) Qual o número de vagas oferecidos pelo curso respectivo, no mesmo ano?

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de pedido de informações ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, Senhor Giovani Gionédís, no que se refere às providências sobre a programação financeira do Governo do Estado do Paraná, para exercer suas opções de recompra das ações da COPEL, com vencimento em dezembro de 1998 e abril de 1999.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Paulo Gorski e Nereu Moura.

REQUERIMENTO Nº 1703-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente e em face da Lei nº 11.253, art. 2º, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado pedido de informação ao Senhor Ingo Hubert, Digníssimo Presidente da COPEL, sobre os valores dos 20 (vinte) últimos preços médios e última cotação das ações da referida companhia, junto às Bolsas de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro, através da Governadoria.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Em razão das notícias veiculadas da recente venda de ações da COPEL, torna-se necessário que este Parlamento tenha ciência dos dados referentes à mencionada negociação.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, para que a população decida sobre a emancipação do Distrito, desmembrando-o do Município de Capitão Leônidas Marques.

MEMORIAL DESCRITIVO

01) Com o Município de Santa Lúcia.

Inicia no encontro da PR 182 com o Córrego Monteirinho, sobe por este até encontrar a divisa dos lotes 191, 193, 167, 231 A, 231, 149 A, 237, 233, 234, 126 A, 238 e 255 com os lotes 194, 145, 146, 165, 164, 160, 230, 235, 235 A, 239, 241 e 256, todos da gleba 11 do imóvel Andrada, segue pela divisa destes lotes até encontrar o Rio Andrada, sobe por este até a foz do Córrego Platina.

02) Com o Município de Boa Vista da Aparecida.

Inicia no Rio Andrada, na foz do Córrego Platina, sobe por este até encontrar a estrada Cruz Alta, segue por esta até encontrar o Rio Jacutinga, desce por este até a sua foz do Rio Iguaçu.

03) Com o Município de Nova Prata do Iguaçu.

Inicia na foz do Rio Jacutinga no Rio Iguaçu, desce por este até a foz do Rio Cotegipe.

04) Com o Município de Realeza.

Inicia na foz do Rio Cotegipe, no Rio Iguaçu desce até encontrar a PR 182.

05) Com o Município de Capitão Leônidas Marques.

Inicia no encontro do Rio Iguaçu com a PR 182, segue por esta até encontrar a estrada Alto Caçula - Santo Antônio, segue por esta até encontrar a PR 484, segue por esta até encontrar a PR 182, segue por esta até encontrar o Córrego Monteirinho.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é proporcionar a realização de plebiscito no Distrito de Alto Alegre do Iguaçu, possibilitando a concretização de um antigo sonho dos moradores daquela comunidade, que é o seu desmembramento

do Município de Capitão Leônidas Marques e a criação do município.

Entendendo que o Distrito de Alto Alegre do Iguaçu alcançou estágio de desenvolvimento que habilita a sua emancipação do Município de Capitão Leônidas Marques, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de resolução em tela.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 427/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a União dos Municípios do Litoral do Paraná. - Paraná Litoral, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A União dos Municípios do Litoral do Paraná - Paraná Litoral, entidade criada por iniciativa dos Senhores Prefeitos dos Municípios do nosso litoral, tem por objetivo, entre outros resolver problemas prioritários dos municípios envolvidos, reivindicar junto aos poderes competentes, soluções para questões de caráter regional e dar assistência técnica para implantação de novos processos de trabalho, sempre pensando no desenvolvimento dos municípios.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 428/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural, entidade mantenedora da Congregação das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - MEDÉIAS, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Educacional e Cultural, entidade mantenedora da Congregação das Irmãs de São João Batista e Santa Catarina de Sena - MEDÉIAS, tem por objetivo realizar atividades de prestação de serviços gratuitos a comunidade, sem discriminação de sexo, idade, etnia, religião ou seja, sem discriminação de qualquer natureza.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 429/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Hospital São José, com sede e foro no Município de Carlópolis.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Hospital São José é uma entidade de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por finalidade específica a atividade médico-hospitalar, com excelentes serviços prestados à comunidade de Carlópolis e região.

Assim sendo esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 430/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Lar dos Idosos Otávio Cardoso de Barros com sede e foro no Município de Curiúva.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, é feito de conformidade com o disposto na Lei nº 6994, tendo em vista que o Lar dos Idosos "Otávio Cardoso de Barros", de Curiúva - Pr., cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 1º do referido diploma legal.

O Lar dos Idosos "Otávio Cardoso de Barros" tem por objetivo: internar, proteger, vestir sustentar, pessoas de ambos os sexos, desprovidas de recursos, sem amparo familiar, incapazes para o trabalho, sem distinção de raça, cor, religião, atendendo preferencialmente os idosos.

Esta, devidamente, registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Curiúva - Pr., sob nº 1193, às folhas 36 verso a 38, do livro 02-A, de pessoa jurídica e encontra-se cadastrado no CGC/MF sob nº 00.689.045/0001-15.

Foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 628, de 22 de julho de 1996.

Do exposto, e tendo em vista que sua diretoria não possui nenhuma forma de benefício ou remuneração, bem como seus associados, estando desenvolvendo suas atividades na maneira determinada em seus estatutos, esperamos a aprovação do Soberano Plenário desta Casa, da Declaração de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 431/98

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina de Prefeito Cezarino Tessaro, a Rodovia Estadual que liga a sede do Município de São Carlos do Ivaí a PR 466 no Município de Paraíso do Norte.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.10.98.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com este plano de lei, pretendemos prestar justa homenagem póstuma ao eminente cidadão Cezarino Tessaro, a quem mantínhamos profundo respeito e admiração. Embora tenha sido afastado do nosso convívio pela vontade de Deus, jamais deixará de viver no reconhecimento e na saudade de seus amigos e contemporâneos.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerado desbravador daquela região, o Sr. Cezarino Tessaro, um dos políticos mais destacados. Participante ativo em todos os momentos decisivos para o Município de São Carlos do Ivaí e toda a região.

Cidadão exornado dos mais peregrinos dotes de honradez e caráter. Ninguém como ele estaria em melhores condições para receber esta modesta homenagem. O passado de homem público, como Prefeito Municipal de São Carlos do Ivaí, deu tantas

provas de administrador e probidade no trato da coisa pública.

Homens como Cezarino Tessaro são marcos fincados à beira da estrada da vida e que desafiam as interpéries e os preconceitos.

É a esse campeoníssimo homem público que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome a rodovia que liga a sede do Município de São Carlos do Ivaí à PR 446 no Município de Paraíso do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

No Pequeno Expediente, convido o ilustre Deputado Neivo Beraldin para assumir a Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Três assuntos nos trazem à tribuna na tarde de hoje. O primeiro deles é referente à Companhia Paranaense de Gás, Companhia essa que tem o Senhor Bruel na sua Direção, onde a COPEL tem 51% das ações desta Companhia e ela realmente dá condições à Capital do Estado, à Região Metropolitana e Campo Largo, para instalação de indústrias que se beneficiem do gás natural e que tenham condições de desenvolvimento desta Região Metropolitana e da região de Campo Largo.

Estamos entrando com um requerimento pedindo a extensão como já o fizemos deste gás natural, até a Cidade de Ponta Grossa, para que possamos ter a presença de investimentos de indústrias que necessitem do gás.

O segundo assunto é referente à Polícia Rodoviária Estadual. Hoje é o Dia do Policial Rodoviário Estadual que merece de nós esta participação.

Mas o que nos traz a esta tribuna, é o assunto referente ao Banco do Estado do Paraná. O Banco do Estado, hoje nas páginas de um dos jornais conceituados, traz a palavra do nosso Secretário de Finanças, Giovani Gionedis. Muda ele o rumo do Banco do Estado. Ele é pela federalização do Banco e não mais pela privatização do Banco. Então estou solicitando à Mesa Executiva, na pessoa do ilustre Presidente Neivo Beraldin, para que convidasse Sua Excelência o Senhor Secretário de Finanças deste Estado que, no conteúdo do jornal, realmente mostra o prejuízo que o governo do Paraná e o povo do Paraná terão com a privatização do Banco e esse novo rumo econômico que esse brilhante Secretário defende junto à opinião pública do Estado, além de

dar a estabilidade funcional a todos os senhores funcionários do Banco do Estado, dá também um alento à economia paranaense, que continuará tendo, na federalização do Banco do Estado do Paraná, este patrimônio que foi forjado durante os vários anos e antigos governos e por muitos paranaenses que deram a condição de ser a nível nacional, um dos exemplos da administração de Bancos esta-duais.

O que vale é, realmente, o interesse de todo o Estado do Paraná. Hoje, com esta matéria, aquilo que até ontem foi discutido - a partir de hoje -, deve ser repensado e no dia de amanhã com a presença do Secretário Giovani Gionedis nesta Casa, haveremos de ter melhores argumentos, posicionamentos diferentes onde a federalização do BANESTADO irá trazer, a nós do Paraná, realmente aquele interesse que todos os 54 Senhores Deputados desta Casa desejam.

Acredito e tenho a certeza, que aqui virá o nosso Secretário Giovani Gionedis e irá trazer o que interessa ao nosso Paraná, que é salvaguardar os interesses dos funcionários do Banco, os interesses da família do Paraná, e, principalmente, fazer com que aquilo que foi gerado do trabalho, da dignidade, do respeito e, acima de tudo, da economia paranaense seja respeitado.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero - nesta oportunidade - já agradecer antecipado à Presidência, à Mesa Executiva e a todos os Senhores Parlamentares que haveremos de ter um novo rumo para o caso do BANESTADO com a sua federalização e não mais com sua privatização, que ia dar um furo enorme. Porque iríamos emprestar mais de 4 bilhões de reais do Governo Federal e iríamos vender o Banco, depois de saneado, por 500 milhões. É realmente uma cifra da qual o Estado ficaria endividado por mais de 20 anos e não teríamos a condição pela qual, hoje, o novo rumo, daquele que defende a economia, as finanças do nosso Estado, fez rever a sua posição e nós, como legisladores, teremos a oportunidade de ouvi-lo nesse novo sentido - da federalização do Banco do Estado, que irá de encontro também àquele anseio do nosso Presidente Anibal Khury, que vendo aquela privatização acabando com o Banco, já pensava na instituição de uma Caixa Econômica Estadual. E nessa federalização, poderá haver desde que os entraves burocráticos sejam realmente contornados, uma fusão daquela idéia nossa, do nosso presidente, da Caixa Econômica Estadual com a federalização do Banco fazendo o único caminho para a economia, principalmente a economia financeira do nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Gostaria de anunciar a presença aos Senhores Deputados, neste plenário, de um ilustre gaudério, o maior sanfoneiro e gaiteiro do Sul do Brasil, Abelar Bertussi. Que já foi agraciado por esta Casa, por unanimidade, da aprovação dos Senhores Deputados, como Cidadão Honorário do Paraná pelos serviços prestados extraordinariamente à população do Paraná.

Um abraço Abelar, seja bem vindo: meus amigos do peito e do coração.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Esta Presidência se associa com os votos de boas vindas ao ilustre artista e companheiro do Rio Grande.

Com a palavra, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Dois assuntos nos trazem à tribuna no dia de hoje. Um deles, é quanto a informação constante da "Folha do Paraná", que diz: "Paraná vende 72 milhões em ações da COPEL".

Gostaríamos, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de conhecer detalhes a respeito da venda de 72 milhões de ações da COPEL. Até porque, está na hora de começarmos fazer valer as próprias leis que aprovamos. A lei que autorizou a venda de ações da COPEL, ou a doação em caução dessas mesmas ações, diz em primeiro lugar: que a venda dessas ações será acompanhada por um comissão de cinco parlamentares. Todas as vendas até o presente momento não teve participação, presença e acompanhamento de nenhum Deputado. Segundo lugar, o artigo 2º da lei autoriza a venda de ações da COPEL mediante a média dos últimos 20 pregões das bolsas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Como não temos nenhum conhecimento sobre o valor que foram vendidas as ações, nem tampouco qual a média das últimas vinte vendas de ações da COPEL na Bolsa, que seguramente, deve dar uma média maior, que nunca esteve tão baixo o valor das ações da COPEL quanto agora, estamos vendendo aproximadamente R\$7,00, ações que já foram vendidas a R\$30,00.

Estou encaminhando a esta Casa, um pedido ao Presidente da COPEL, Ingo Uber, que nos informe sobre os valores dos vinte últimos preços médios, e a última cotação de ação da referida companhia junto a Bolsa de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, para que possamos ver o cumprimento da lei.

Gostaria que a bancada situacionista permitisse a passagem desse requerimento, porque sabemos que há outros caminhos para fazer valer uma lei aprovada pela Assembléia Legislativa.

Queríamos inicialmente constatar se foi cumprido aquilo que a lei determina para podermos entender que este Parlamento está fazendo cumprir as próprias leis que votou.

Segundo lugar, e por mera coincidência, Deputado Zuk, tínhamos um requerimento pronto solicitando que o Secretário Giovani Gionédís comparecesse a esta Casa, para explicar sobre o novo enfoque dado a questão do Banco do Estado do Paraná.

O Jornal "Gazeta do Paraná", no dia de hoje, traz uma reportagem grande, que pelo menos põe um enfoque diferenciado na questão do Banco do Estado do Paraná, que merece indiscutivelmente ser ouvido e discutido por esta Casa, para que possamos entender da possibilidade ou não, que venhamos solucionar o impasse "Banco do Estado do Paraná" sem a necessidade do endividamento que o nosso Estado teria que fazer, ao fazer um empréstimo de 4 bilhões e 100 milhões de reais, para sanar o Banco que teria que ser vendido dentro do prazo de um ano por aproximadamente 300, 400 milhões, restando ao Estado do Paraná 3 milhões e 800 milhões de dívida.

Aproveito algumas expressões, pelo menos escritas, acredito, que ditas pelo Secretário, onde ele diz: segundo defende o Secretário da Fazenda, a privatização do Banco significa um mau negócio para o Governo do Estado. Aliás, o que sempre dissemos nesta Casa, que era um mau negócio para o Governo do Estado.

Vai além, depois de saneado, calcula Gionédís, o BANESTADO será vendido por importância não superior a 500 milhões, daí a conclusão de um negócio lesivo aos interesses governamentais.

Também sempre dissemos nesta Casa que o Banco saneado valeria na média de 300, no máximo 400 milhões, e o próprio Secretário está dizendo que vale menos de 500 milhões.

Portanto, neste instante, espero que não precipitadamente, parablenizo o Secretário Giovani Gionédís por dar um novo enfoque, que como disse, merece ser discutido para ver a viabilidade, a possibilidade do Banco, do Governo Federal aceitar a federalização do Banco do Estado, porque já temos um protocolo de intenção assinado com o Banco Central a respeito da privatização do nosso Banco. Mas, é um novo enfoque que precisa ser avaliado, porque nos evitaria um comprometimento de dívida por 30 anos do Banco do Estado do Paraná, nos possibilita a manutenção das casas bancárias do Paraná, abertas, é, sem dúvida alguma, uma matéria a ser analisada.

Como o Deputado Luiz Carlos Zuk já apresentou um requerimento, solicitando a presença do Secretário Giovani Gionédís, reforço esta teoria, Deputado, e para comprovar a V. Exa. a casualidade

do fato tenho um requerimento pronto aqui, se eventualmente julgar a Liderança do Governo ou não de convocar o Secretário. Mas, gostaríamos de verbalmente convidar o Secretário para formalmente, ou informalmente compare a esta Casa, discutir com os Parlamentares, mostrar as razões, as possibilidades, as vantagens, a decisão do Governo Federal de federalizar o Banco do Estado do Paraná, e tenho certeza absoluta que após uma discussão mais aprofundada a respeito desse assunto, possamos ter uma grande força paranaense buscando a solução do problema do Banco do Estado sem a sua privatização e conseqüentemente sem o endividamento do nosso Estado, e sem o risco aos funcionários que compõem esse conglomerado do Banco do Estado do Paraná.

Fica aqui registrado, portanto, esta nova vertente de análises que se apresenta para todos nós políticos, governantes, empresários, situação e oposição, para que discutindo com profundidade possamos encontrar o melhor caminho para a solução, já iminente do Banco do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Aproveito até a manifestação do nosso grande companheiro, Deputado Caíto Quintana, que já teceu algumas considerações a respeito da venda das ações da COPEL em leilão realizado ontem, na Cidade de São Paulo, através da Bolsa de Valores daquela cidade.

E o primeiro questionamento que nós temos que fazer, realmente, e o Deputado Caíto Quintana fez e nós reforçamos neste instante, é se a comissão de 05 parlamentares desta Casa está acompanhando, efetivamente, os leilões dessas ações da COPEL conforme estabelece, conforme determina a Lei.

E a preocupação por nós levantada no dia de ontem, hoje ela ficou ainda mais aguçada, porque ao ler os jornais verificamos que o negócio que se anunciava no dia de ontem, ele é um pouco mais complexo do que aquilo que nós imaginávamos. Ontem, os Senhores Deputados se lembram que nós dissemos aqui que o Governo estaria vendendo a R\$7,00 reais o lote de mil ações, e que em função de ser 19 milhões de lotes de mil ações, poderia o Governo do Estado arrecadar ao redor de 133 milhões de reais.

Os jornais de hoje trazem em manchete, o Jornal "Gazeta do Povo", O Estado do Paraná", "A

Folha do Paraná" e outros jornais que tivemos oportunidade de verificar.

A "Gazeta do Povo" diz lá:

"ESTADO CAPTA R\$72,5 MILHÕES COM AÇÕES DA COPEL

Parte dos 19 bilhões de papéis negociados foi vendida ao preço mínimo de R\$8,15 e o restante com um pequeno ágio de 0,12%

Em leilão realizado ontem na Bolsa de Valores de São Paulo, o governo do Paraná conseguiu captar R\$72,580 milhões com venda de 19 bilhões de ações preferenciais classe 'B' da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). Neste valor está incluído o preço que será pago as opções. O preço mínimo estipulado pelo lote de mil ações foi de R\$8,15, correspondente a média ponderada dos últimos 20 pregões. Do total de títulos oferecidos no leilão a viva voz, 5.601.800.000 foram negociados a R\$8,15 (preço de mercado) e 13.398.200.000 foram vendidos a R\$8,16 (ágio de 0,12%)

Os títulos que foram a leilão ontem pertenciam a Paraná Investimentos S/A, sendo que a venda foi coordenada pela BANESTADO Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Bozano, Simonsen e Banco Pactual. Os lances foram feitos pelas corretoras paulistas Coin, Graphus, Bozano, Simonsen, Concórdia e Votorantin e pelas cariocas Boa Vista e Pactual. O nome dos investidores não foi revelado.

Os recursos provenientes deste leilão serão utilizados para investimentos no Estado. A venda das ações da COPEL não significa que a estatal estaria rumando para a privatização. Muito pelo contrário, o Governador Jaime Lerner continua garantindo que o governo do Paraná não tem nenhuma intenção em privatizar a empresa, como forma de levantar recursos.

Venda casada

Diferente dos leilões já realizados até então envolvendo ações da COPEL, a venda concretizada ontem se deu de forma 'casada', ou seja, ao mesmo tempo em que a Paraná Investimentos vendeu os papéis, comprou 'opções', que terão vencimento em 19 de abril de 1999. O valor pago pelas opções foi de R\$4,33 por lote de mil ações.

Esta foi a forma encontrada para que o governo do estado captasse recursos destinados ao Tesouro do Estado, sem a necessidade de vender em definitivo um patrimônio público, no caso, as ações da COPEL. O Estado do Paraná é o maior acionista da COPEL detendo 40,68% das ações preferenciais e ordinárias da empresa. A Paraná Investimentos possui 13,33% do capital. Em 30 de junho último, o capital social da COPEL era de R\$1,225

bilhão, sendo que o lucro líquido apurado no primeiro semestre do ano foi de R\$180,5 milhões.

A queda das bolsas de valores teve forte influência sobre os preços das ações da COPEL. De março (quando o preço chegou a R\$15,38) até ontem, estes títulos sofreram perda de 42,78%. As ações preferenciais da COPEL bateram ontem na BOVESPA R\$9,50, porém fecharam a R\$8,80, com queda de 5,38% em relação ao preço de fechamento da última sexta-feira."

O SR. ORLANDO PESSUTI

(Utilizando o Horário do PMDB)

O que queríamos nesta tarde, chamar a atenção dos Senhores Deputados é o seguinte: O preço de venda dos lotes com mil ações, já dissemos aqui, foi de R\$8,15 e R\$8,16. O valor total da venda dos 19 milhões de lotes de mil ações foi ao redor de cento e quarenta e quatro milhões e novecentos mil. O valor recebido pelo Governo foi setenta e dois milhões e meio. O preço pago pelo Governo por lote de mil ações, como opção de recompra, é de R\$4,33. O preço recebido portanto, pelo Governo, no dia de ontem, por lote de mil ações, foi de apenas R\$3,82.

O preço de exercício estipulado no edital para recompra, em 19/04/99, por lote de mil ações, é de R\$4,48 que, vezes dezenove milhões de lotes, dá um total de oitenta e cinco milhões de reais.

Neste dia também, o Governo pagou dois milhões de reais de corretagem que certamente serão descontados destes 72. Das seis milhões e trezentos e setenta milhões vendidas anteriormente de lotes e ações vendidas anteriormente e cujo direito de compra vencido em agosto foi renegociado para dezembro. Já temos lotes vendidos anteriormente com direito a recompra que era para ter sido reajustado em agosto, o governo fez uma renegociação e jogou isso agora para dezembro. O governo para resgatar, terá que pagar nessas ações anteriormente vendidas onze reais e setenta centavos por lotes de mil ações, num total de setenta e três milhões de reais.

O que é que queremos dizer com tudo isto? Que o Governo do Estado do Paraná, no dia de ontem, foi à Bolsa, vendeu 145 milhões em números redondos, mas só colocou a mão em 72 milhões. A opção que ele utilizou de recompra dessas ações que certamente é para ir, na minha opinião, jogando um pouquinho para a frente, empurrando com a barriga a estória da venda definitiva das ações, ele utilizou da sistemática de recompra, de opção para recompra. Só que para firmar essa opção de recompra ele já teve que adiantado pagar, porque ele tinha direito a 145 para a venda dos 19 bilhões de títulos, mas só pegou 72. Então ele teve que deixar pago antecipadamente 50% daquilo que ele teria que receber na venda destas ações. Para resgatar estas ações pelo preço de exercício ajustado para a

opção de recompra terá que em abril desembolsar mais 83 milhões. Esse negócio não é aquele negócio como algumas pessoas estão aí a insinuar. Primeiro, porque as ações da COPEL, quando esta Casa autorizou a sua venda, e nós, aqui, lutamos e lutamos incansavelmente para que existisse uma cláusula de barreira para que não se vendesse por um valor percentual de 90% se não me falha a memória, naquele início, discutimos que deveria ser vendido por pelo menos 905, naquela oportunidade era de 21 reais. E o que estamos vendo aqui 3,82, o valor que o governo recebeu, vamos dizer quatro reais.

Então são 17 reais a menos, menor, do que poderia se vender estas ações. A fórmula que o governo vem adotando, através da COPEL, da Paraná Investimento, para negociar as ações da COPEL, primeiro caucionando ações, em empréstimo que fez junto ao BNDES, com direito de recompra, depois, me parece que também - e essa é uma questão que gostaríamos que fosse esclarecida - empréstimos contraídos junto ao Banco Pactual, sem autorização, inclusive, da Assembléia Legislativa do Paraná, porque para contrair qualquer tipo de empréstimo precisaria o governo ter autorização legislativa e me parece, eu pelo menos não me lembro, de termos autorizado aqui o governo de contrair qualquer tipo de empréstimo com o Banco pactual.

O que temos a indagar neste momento? Temos que colocar em suspensão a vontade do governo em resgatar as ações vendidas ontem, bem como as que vendeu e que venceu em dezembro e que foram renegociadas já no mês de agosto para dezembro de novo.

Gostaria também neste momento, Senhor Presidente, requerer do governo do Estado, se ele está devidamente programado, como que está se programando financeiramente o governo do Estado para recomprar as ações da COPEL, que vencerão em abril de 99 e essas que vencem agora em dezembro de 98. Porque se o governo não tiver uma programação financeira efetiva para exercer na minha avaliação, com alto prejuízo já, o seu direito de recompra. Se ele não estiver programado financeiramente não recompra essas ações e elas serão entregues por esses valores aviltados, dilapidados em cima do patrimônio público.

Então, nesse sentido, estamos encaminhando um requerimento de pedido de informações ao Secretário da Fazenda, para que se manifeste quanto às providências sobre a programação financeira do Governo do Estado do Paraná, para exercer suas opções de recompra de ações da COPEL, com vencimento em dezembro de 1998 e abril de 1999, porque precisamos saber se o governo está se programando financeiramente, porque se não, tudo

aquilo que tem sido falado que não há intenção de vender a COPEL, que não há intenção de privatizá-la, pode ser apenas mais uma enganação em cima de todos nós os parlamentares e principalmente em cima daqueles cinco parlamentares que foram designados por esta Casa para acompanhar a venda das ações.

Diz a notícia no jornal: “afirmação do governo”, que os recursos serão utilizados para investimento. No dia de ontem também fizemos aqui uma solicitação de esclarecimento da parte da Liderança do Governo: “para onde foram os mais de 1 bilhão de reais arrecadados em 95, 96, 97, 98, a título de alienação de bens?” Para onde foram esses recursos? Onde está este tão falado investimento oriundo da venda das ações da COPEL?

Agora, mais uma vez se diz que será destinado a investimentos, e mais uma vez pedimos: quais são os investimentos que serão patrocinados com esses 72 milhões e 500 mil reais obtidos com a venda das ações da COPEL?

Seria importante também, caso não esteja revestido do sigilo bancário, que também soubéssemos, se isso for possível, o nome dos investidores que adquiriram as ações da COPEL, para que não fiquemos a imaginar coisas, como temos imaginado ao longo do tempo e que posteriormente acabam se concretizando a nossa suspeita.

Portanto, Senhores Deputados, é lamentável que tenhamos que vir à tribuna para fazer esses questionamentos. Um negócio que poderia render ao Estado 145 milhões, rende apenas 72 milhões. Por que essa mecânica, por que essa ginástica toda? É a mesma coisa que o Pessuti ir ao Banco do Estado fazer um “papagaio” de 10 mil reais. E para ter o direito de pegar esse dinheiro, ter que deixar lá depositado como garantia que vai pagar esse empréstimo, 50% de seu “papagaio”. Faz um “papagaio” de 10 e leva apenas 5.

A COPEL ontem, o Paraná Investimento, na realidade fizeram um “papagaio” junto à Bolsa de Valores do Estado de São Paulo. Um “papagaio” de 145 milhões. Mas para garantir o pagamento desse “papagaio”, teve que deixar lá 72 milhões e 500 mil reais. São coisas que deixam todos muito preocupados, porque não sabemos o que está sendo feito com o dinheiro arrecadado; segundo, não temos nenhuma certeza de que essas ações vendidas ontem ou anteriormente, serão efetivamente recompradas pelo Governo do Estado.

Por isso o requerimento pedindo que esclareça sobre a programação financeira para a recompra dessas ações vendidas.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Horário das Lideranças.

PT, PSDB, PFL, PDT, PPB, PTB, Liderança do Governo.

(Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei, de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/98, de autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação Regional de Suinocultores do Oeste - ASUINOESTE, com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral da C.C.J., artigo por artigo. O projeto irá à 3ª Discussão.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Vila Guay, com sede e foro no Município de Ibaiti. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/98, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Cambé, imóvel de pro-

priedade do Estado do Paraná, localizado na sede do Município de Cambé. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 367/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/98, que autoriza o Poder Executivo a doar à Escola Especializada Primavera, imóvel de propriedade da FUNDEPAR, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 368/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 042/98, que objetiva desafetar do uso comum, áreas de terras localizadas na Chácara Patrimônio Jurema, Município de Amaporã e doá-las à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro na Cidade de Nova Olímpia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Basketball. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Movimento Gnóstico Cristão Universal do Brasil na Nova Ordem, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 402/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Pesca e Desportos Sub-Aquáticos, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1685, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1694, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1686, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1695 e 1696, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1697, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1691 a 1693, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1699, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1698, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1703-A, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1689, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1688, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, com apoio dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Garcia e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1700, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, José Maria Ferreira, Paulo Gorski e Nereu Moura, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1658, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. CARLOS SIMÕES (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, apenas para orientar a Bancada do Governo para votar não ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Senhores Deputados que forem a favor do requerimento, permaneçam como estão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor Presidente, para que todos possamos votar a favor ou contra esse pedido de urgência ao projeto de lei que Vossa Excelência deu ciência a nós da súmula, porque de repente a própria Liderança do Governo poderá desistir dessa intenção de

derrubar o pedido de urgência e até votar favoravelmente, porque se trata de um projeto de importância para todos nós, paranaenses.

Solicito a leitura total do projeto ou da súmula desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

O Senhor 1º Secretário fará a leitura da súmula do projeto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Garcia**)
(**Lê a súmula do projeto de lei.**)

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, peço que me forneça o requerimento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O requerimento do Deputado Caíto Quintana pede para que seja atribuído ao Projeto de Lei 483/97 Regime de Urgência para a sua tramitação junto às Comissões desta Casa.

Acompanhei na semana passada o Deputado Caíto Quintana na tribuna falando a respeito desse seu projeto, quando aqui estavam agricultores do Município de Contenda. Naquela ocasião foi muito bem esclarecido o porquê o Deputado Caíto Quintana, junto com outros Deputados, apresentou esse projeto na Casa. Foi fruto de uma série de reuniões que tivemos através da Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi, através do Bloco Agropecuário, presidido por nós. Todo um processo de discussão que envolveu mais de um dia aqui na Assembléia, culminando depois com a interveniência do Líder do Governo Valdir Rossoni, para que pudéssemos conquistar junto ao Banco do Estado do Paraná, o retorno da equivalência/produto dos financiamentos concedidos através do "Programa Panela Cheia".

É bom que digamos que quando se fez o "Programa Panela Cheia", se atribuiu a ele a equivalência/produto para pagamento das dívidas. Posteriormente, quando veio a securitização da dívida dos produtos rurais, que foi um benefício para aqueles produtores que estavam em dificuldades para pagar as suas dívidas, porque permitia o alongamento, a mudança do perfil dessa dívida por até 10 anos. Alguns produtores, cerca de 14 mil - não tenho o número aqui de cabeça, agora - optaram em fazer a securitização da sua dívida, e, no momento que fizeram a securitização da dívida que era um benefício que estava a ele sendo atribuída por uma ação do Governo Federal, o Banco do Estado do Paraná, o Governo do Estado do Paraná, entendendo que aqueles agricultores não estavam honrando o pagamento da sua dívida, contraída pelo "Panela Cheia" e os colocaram dentro da ciranda financeira dos financiamentos e investimentos

da agricultura, fazendo com que a grande maioria dos financiamentos tivessem o seu valor alterado para mais 50%, para mais de 80%, deve ter casos, inclusive, para mais de 100%.

O Deputado Caíto Quintana, apresentou o projeto, para que este diferencial fosse assumido pelo Governo do Estado do Paraná, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico Estadual.

Naquela altura dos acontecimentos, estava a anunciar recursos e apoio para diversos empreendimentos no Estado, na ordem de bilhões de reais. A começar pela Renault, alguns bilhões, alguns milhões ali investidos e que não seria difícil ao Governo assumir cerca de 6 a 7 milhões, que dividido por tantos anos que dividido por tantos agricultores - lembro-me que fizemos até esta conta - daria qualquer coisa de apoio ao pequeno produtor, ao redor de 100 ou 150 reais por ano, que teria que gastar o FDE com esse pequeno agricultor a título de compensação por esse diferencial da dívida.

Portanto, esse projeto é merecedor de uma análise da Comissão de Constituição e Justiça, é merecedor de uma análise da Comissão de Finanças, e, principalmente, da Comissão de Agricultura, presidida pelo Deputado Augustinho Zucchi. Então, não podemos ter esse projeto paralisado na Assembléia.

Temos que discutir esse projeto, porque ele vem de encontro aos interesses de mais de 13, 14, 15 mil pequenos agricultores, que um dia desses estavam aqui na porta com os seus tratores, que vieram aqui na nossa tribuna de honra, para pedir o nosso apoio. E uma das formas de apoiarmos esses agricultores é fazermos com que esse projeto seja votado na Assembléia. E esse mecanismo de compensação seja atribuído através do Governo do Estado, do Banco do Estado e do FDE.

Por isso peço que se aprove o Regime de Urgência requerido pelo eminente Deputado Caíto Quintana.

O SR. DEPUTADO NEREU MOURA

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Para encaminhar, o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, meu ilustre amigo Deputado Carlos Simões, Vossa Excelência que vem lá de Verê, do São Roque do Chopim, interior de Pato Branco.

É evidente, Deputado Carlos Simões, que não podemos negar, que esta Casa não pode negar o auxílio tão fundamental e necessário para os nossos agricultores, que estão - e Vossa Excelência conhece, vem lá do Sudoeste, uma região de minifúndios,

uma região onde tem uma agricultura forte, que infelizmente passa por dificuldades enormes.

Por isso, Deputado Carlos Simões, não se pode negar a essa mais legítima necessidade que temos aqui na Assembléia, de oferecer aos agricultores do Paraná, a possibilidade de sair do atoleiro em que estão colocados. A Assembléia Legislativa não pode dizer não aos agricultores do Paraná. Nós, Deputados do interior e que sabemos que agora, no dia 30 de outubro vence a parcela de securitização e sabemos que os nossos agricultores não reúnem as condições para quitarem os seus débitos e o Governo do Estado anunciou - quando nós, Deputado Pessuti, tratamos deste assunto aqui na Assembléia, até como forma de esvaziar a discussão do projeto do Deputado Caíto Quintana - que haveria uma redução dos débitos dos agricultores, voltando aqueles débitos securitizados do "Panela Cheia" ao valor da dívida de quando ainda antes da securitização.

Isso daria uma redução na ordem de 30 a 45% para as operações realizadas através do "Panela Cheia". Seria evidentemente, o auxílio substancial para os nossos agricultores que terão que pagar uma parcela no final do mês de outubro.

Por isso, Senhor Presidente e meu amigo Deputado Carlos Simões, invoco aqui o espírito da sua família de agricultores lá do nosso Sudoeste do Paraná para que não neguemos o direito que os nossos agricultores têm, de receber do Governo do Paraná, um justo auxílio, para que possam quitar os débitos que vencem agora no final do mês, caso contrário, não terão os agricultores, condições de dar a resposta para esses encargos e ainda mais, Senhor Presidente, se isso não bastasse, as dificuldades da nossa agricultura, o empobrecimento do nosso agricultor, a falta de condições e investimentos, o agricultor hoje não precisa só do auxílio para quitar os seus débitos, ele precisa do auxílio para poder produzir, para poder continuar na lavoura, para continuar produzindo lá na sua propriedade.

É por isso que todos os Deputados aqui desta Assembléia que têm nas suas bases, a agricultura como o pilar da economia, não podem negar aos nossos agricultores, sob pena de estar ajudando a expulsar do campo outros tantos milhares de agricultores que ainda lá bravamente residem no interior.

Dessa forma, deixo aqui o nosso veemente apoio ao projeto do Deputado Caíto Quintana e a solicitação ao nobre Líder do Governo, nosso amigo Carlos Simões, que reveja sua posição e dê apoio a este requerimento, para que haja tramitação com urgência aqui na Assembléia, deste importante projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

O Parlamento prima especialmente pela capacidade de discussão, de análise e de criar alternativas e não deve ser aqui o momento de sufocar uma idéia contida no Projeto de Lei nº 483/97 do Deputado Caíto Quintana, que busca criar alternativas para uma situação que é aflitiva. Só quem vem do interior, só quem tem convívio com a agricultura, Deputado Miltinho Puppio - e Vossa Excelência, que representa o Vale do Ivaí e conhece as dificuldades como conhece - Deputado Pessuti e tantos outros, sabem do valor e da importância de uma lei que vai em direção e em socorro do pequeno agricultor.

Não estamos falando em milhões que serão transferidos do BANESTADO Leasing ou de qualquer uma outra instituição. Estamos falando de pequenos valores, Deputado Techy! Vossa Excelência, que representa nesta Casa uma região de pequenos produtores, vamos falar de pequenos valores que vem em apoio para cuidar, para amparar o pequeno produtor rural. Não adianta o governo investir milhões em programas de vilas rurais, para criar alternativas para o homem do campo, se existe um projeto simples de socorro que está inclusive estabelecido, já, junto ao Governo Federal, criar aqui dificuldades para a sua tramitação.

E eu aqui, olhando, imaginava a roda do destino Deputado Carlos Simões. V. Exa. que vem de uma região de pequenos agricultores, V.Exa. que como eu, tem origem e os pés, não diria como o Fernando Henrique disse, na cozinha, mas, atrás do cabo da enxada e com os pés no chão.

Coube a V. Exa., hoje, pedir para sustar a possível tramitação e a possível transformação em lei de um projeto que vem atender ao produtor rural.

Ora, já tivemos alguns benefícios concedidos pelo BANESTADO, retribuindo e devolvendo recursos e já sendo injusto com outros tantos, que hoje o BANESTADO não está acatando mais. E este projeto, com certeza, viria corrigir estas injustiças.

Por isso é que peço veementemente aos companheiros, independente de Bancada, mas que ofereçamos ao Parlamento, a esta Casa, a oportunidade de ouvir, a oportunidade de criar alternativas. Se o projeto do Deputado Caíto Quintana não presta aos interesses da agricultura, se ele quebra o governo por estes incentivos, quem sabe aí, esta Casa vai fazer uma análise diferente.

Mas se ele vem sobretudo para apoiar, para minorar as dificuldades daquele homem sofrido do campo, apenas não façamos discurso no interior, mas votemos, aqui, em prol do homem do campo.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, tenho a impressão que não é apenas a Bancada do PMDB que tem interesse de atender os reclamos justos dos pequenos agricultores, nós também.

Pessoalmente, também. Vou votar favoravelmente para que se apresse, para que se urgencie a proposta do ilustre Deputado Caíto Quintana, porque todos sabemos das lamúrias, das dificuldades da agricultura especialmente os pequenos. E eu não poderia, já que a minha região é líder na produção de sedas no Paraná e no Brasil, não poderia votar contrariamente ao requerimento, que pede para que se urgencie a tramitação do projeto do Deputado Caíto Quintana.

E também por outro lado, Sr. Presidente, vejo muito oportuno discutir este projeto. Porque fui convidado para estar domingo passado em Terra Rica, quando lideranças da agricultura do Paraná e prefeitos da região, reuniram-se e centenas de pessoas preocupadas com as invasões de terras, com a reforma agrária que não sai, que não existe projeto sério, que o Presidente da República e os governadores estão levando na barriga e esta situação se alastrando pelo Brasil inteiro.

Fico me perguntando: Esta Casa preocupada com os pequenos proprietários, com os proprietários rurais que não suportam os encargos todos e as dificuldades que lhe são impostas. Fico me perguntando como é que o Brasil, o Estado vai resolver, a União, essa questão da Reforma Agrária sob pressão, sem produzir, fora do estado de direito.

Então, Senhor Presidente, acho, na maior oportunidade que votemos este requerimento, para que apresse o projeto do ilustre Deputado Caíto Quintana, para se procurar uma alternativa. Sei que não é fácil. Aqui, ninguém tem solução para tudo, mas acho que a iniciativa do Deputado Caíto Quintana já merece o nosso elogio.

Agora, acho que o problema da agricultura não é só esse, e que a preocupação com os pequenos não é somente na Bancada do PMDB, é nossa também. Por isso, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Com a palavra, o Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostaria, nesta oportunidade, principalmente depois de ter conversado com o Líder do Governo em exercício, Deputado Carlos Simões, de fazer alguns esclarecimentos.

Não há a menor dúvida que é bastante meritória a intenção do Deputado Caíto Quintana,

como foi a intenção do Deputado Ângelo Vanhoni, ao vir a esta Casa acompanhado de pequenos agricultores, na semana próxima passada, para defender uma questão de maneira política.

O que é importante que se diga num momento como este, que a questão não é política, a questão é bancária, financeira.

O “Panela Cheia”, todos sabemos, foi um programa feito com recursos do Governo Estadual, com repasse do Governo Federal.

É importante que se diga, que por se tratar de uma questão bancária e financeira, o Banco do Estado, como de resto o Governo do Estado apressou-se em ouvir as lideranças devedoras por contrato junto ao Banco do Estado, e imediatamente tentar equalizar ou equacionar esta situação, e isto está ocorrendo.

Posso afirmar a Vossas Excelências que, aguardando inclusive uma autorização do Governo Federal, que deve prorrogar isso, independente desse projeto ou não, por mais um ano, estamos aguardando já para o dia de amanhã. E o Banco do Estado, sem dúvida nenhuma, tem o dever, como sendo um Banco estatal, de tentar equacionar esta situação junto com os nossos pequenos agricultores.

É um requerimento meritório, o projeto também é meritório, e acho que ele deve e tem condições de prosperar nesta Casa, para que seja discutido com o Banco do Estado, não de maneira política, de maneira técnica, a questão não é política, a questão é técnica.

Por esta razão, aliás, Deputado Caíto Quintana, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Orlando Pessuti, por esta razão é que a todo momento defendo a privatização do Banco do Estado.

Imaginem os Senhores, se esses pequenos agricultores fossem devedores do Banco BRADESCO, do Banco Itaú, do BAMERINDUS, se eles estariam à porta do Banco para negociar este tipo de dívida. Não teriam a menor condição sequer de serem recebidos da maneira como foram.

De forma que apelo aos nossos companheiros, apelo também, como já apelei ao nosso Líder do Governo, para que não obstem, em hipótese alguma, o requerimento do Deputado Caíto Quintana, até porque, tenho a convicção plena de que enquanto o seu projeto em Regime de Urgência estiver tramitando por esta Casa, esta situação será equacionada pelo Banco do Estado, que tem - e há pouco ainda conversava com um dos seus diretores, que segundo me informa, está situação já estaria até resolvida, o pedido do Deputado Caíto Quintana, no seu projeto já estaria até resolvido pelo próprio Banco.

De forma que apelo aos nossos companheiros de bancada e novamente ao Líder do Governo, para

que não obstem, de maneira alguma, o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

O SR. CARLOS SIMÕES

Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES

Quero, entendendo o argumento dos Deputados, quero dizer que estou num papel espinhoso, de dificuldade, até porque o Deputado Valdir Rossoni não está no momento, está com o seu pai em estado quase que terminal de saúde, momento muito grave na sua família, e ele não está aqui no instante. Evidente que estamos seguindo orientações.

Mas, em face dos argumentos e da coisa bem colocada, com clareza, atendendo os princípios da democracia, evidentemente está livre, cada um vota como achar devido e adequado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, além de encaminhar, gostaria de deixar uma posição clara aqui com relação a esta questão que está sendo discutida.

Por várias vezes estivemos discutindo aqui com as lideranças dos agricultores, houve no Plenário da Assembléia uma grande reunião, estivemos naquela reunião, depois discutimos junto com a Liderança do Governo, estivemos juntos à direção do Banco do Estado do Paraná. E apenas para que não haja um mal-entendido, o “Programa Panela Cheia” previa a sua equivalência, o pagamento da dívida em equivalência-produto, a diferença, caso havendo, porque assim contestava no contrato, seria equilizado pelo FDE. Essa é a realidade do Panela Cheia. Mas, havia, uma cláusula no “Panela Cheia”, Senhor Presidente, para que todo mundo entenda e depois eu vou concluir a nossa posição, porque me parece que não é só agora votar o Regime de Urgência que o Deputado Caíto Quintana pede para o seu Projeto, nós teremos outras discussões sobre esse assunto, eu já quero clarear a minha posição para que não haja, depois, qualquer tipo de dúvida e qualquer encaminhamento contrário nesse sentido, da minha parte.

Quando, no momento que houve a discussão do Projeto do Deputado Caíto Quintana, nós fomos até o Banco do Estado do Paraná, há uma cláusula, todos os contratos do Panela Cheia diz o seguinte: “Todo o contratante, o agricultor que pagar o seu

débito em época não estipulada no contrato, perderá o direito a equivalência.”

Com a securitização o Banco do Estado colocou todos os agricultores na conta gráfica, ignorando desta forma a equivalência - produto... resultado, tivemos, evidentemente, um acréscimo muito grande das contas dos agricultores.

O Banco do Estado do Paraná, é bom que se diga isso, disse a nós que não precisava de nenhum amparo legal, senão, teria, através de uma mensagem do Executivo para que fosse dado aos agricultores a volta da equivalência-produto. Era uma questão meramente administrativa do Banco, ou seja, fazia voltar a antiga cláusula da equivalência-produto, refazia os cálculos que o Banco já fez, e portanto, os agricultores pagariam as suas dívidas pelo total contraído anteriormente, não pela conta gráfica estabelecida através da securitização.

Quero deixar claro o seguinte, se isso for feito, não haverá necessidade do Projeto, extremamente bem intencionado, coerente, do Deputado Caíto Quintana, se for feito isso pelo BANESTADO, conforme foi anunciado está “OK!”, se não for feito dessa forma, não só no Regime de Urgência, particularmente votarei favorável, não só ao Regime de Urgência, como também ao projeto original do Deputado Caíto Quintana. Porque, precisamos que o Banco do Estado do Paraná resolva, ou vai fazer como estava estabelecido, anunciou, disse que não era preciso amparo legal, que poderia ser feito a volta ao contrato original para que os agricultores pudessem pagar a sua dívida através da equivalência-produto, ou, então, se for preciso ter um amparo legal que possamos, através desse projeto de lei, votar e dar amparo legal para que possa ser feita a equivalência-produto. Essa é a minha posição, e portanto voto favorável ao projeto, a tramitação do projeto para que possamos aí discutir essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Em votação o Regime de Urgência.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Apenas retirando o requerimento que está aí na Mesa, de pedido de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Já foi retirado.

Deputados que aprovam o requerimento de Regime de Urgência, permaneçam como estão.

Aprovado por unanimidade da Casa.

Requerimento nº 1703, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 1678, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a discussão.**

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem)

Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de declarar o meu voto favorável ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

Deputados que rejeitam queiram levantar-se.
15 aprovam e 7 rejeitam.

Não há quórum para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 162 e 190/98.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 348/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 138, 276, 291, 294, 360, 362 e 375/98.

Levanta-se a sessão.